GEOPOLÍTICA PORTUGUESA, CONTROLE E FORMAÇÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA DOS SÉCULOS XVII-XVIII: OS FORTES, AS MISSÕES E A POLÍTICA POMBALINA

Maria Goretti da Costa Tavares*

RESUMO

O presente texto trata das estratégias geopolíticas utilizadas pelo estado português durante os séculos XVII e XVIII na Amazônia que possibilitou a atual configuração da Amazônia brasileira. O presente trabalho encontra-se dividido em 03 partes: na **primeira,** é apresenta a estratégia das fortalezas, que vai dar conformidades aos principais núcleos urbanos da região. No período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), inicia-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616. Era época das invasões holandesas, francesas e inglesas no Nordeste, mais precisamente no Maranhão e Pernambuco, principal área de produção de açúcar. Além disso, havia a disputa pelas drogas do sertão, tais como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se; fazendo-se necessário ocupar e defender o território próximo a essa área. É o momento do surgimento de São Luis do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665), que constutuíam-se em núcleos de apossamento do território.

Na **segunda** parte a atuação dos religiosos, que permite a interiorização ao longo dos afluentes e sub-afluentes do rio Amazonas. A área das missões ou "território das missões" foi dividida entre carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas, tendo sido a distribuição territorial das missões entre essas ordens regulamentada pela Coroa a fim de evitar conflitos de jurisdição.

* Professora do **Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará**, Belém, Pará, Brasil, realizando Estágio Pós-Doutoral na Universidade Sorbonne, Patheon, Paris I – Institute de Geographie, Equipe MIT- Mobilités, Itinéraires, Tourismes.
Bolsista CAPES, Brasil.

Endereço no Brasil:
Avenida Governador José Malcher, 2271, apto. 203 São Brás,
Belém-Pará, Amazônia, BRASIL
Cep: 66.060-230 Fone: 00 55 91 3226-1334
e-mail: mariagg29@gmail.com ou goretti@ufpa.br

E por fim, a terceira parte trata da estratégia do Marques de Pombal, que muda o significado e o conteúdo deste território, dando marcas definitivas do contorno do território português, inclusive com a implantação de vilas com a denominação de vilas e cidades portuguesas. Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, foi o encarregado pelo governo colonial por reformas como: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará (1755); a declaração da liberdade dos indígenas; e a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas. Da política pombalina fazia parte o estabelecimento de novas colônias militares, mas agora com o objetivo de povoar, ocupar, dar novo conteúdo ao território, a exemplo da Colônia Militar de São João do Araguaia, na confluência do Araguaia-Tocantins paraense.

Palavras- Chave: Geopolítica, Território, Amazónia

1. A fundação de Belém e o controle do grande rio-mar – sec. XVII

No período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), inicia-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616. Era época das invasões holandesas, francesas e inglesas no Nordeste, mais precisamente no Maranhão e Pernambuco, principal área de produção de açúcar. Além disso, havia a disputa pelo domínio do território das drogas do sertão, tais como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se; fazendo-se necessário ocupar e defender o território próximo a essa área. É o momento da fundação de São Luis do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665), que constituíam-se em núcleos de apossamento do território:

> A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imerso que estava criando, firmou-se com a ereção de pequenas fortificações, que representavam o poder militar portugueses e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança. O fortin do Presépio construído em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco e origem do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, foi o início dessa política de fortificações (REIS, 1989)

Outra estratégia para assegurar a posse do território foi a criação de unidades político-administrativas, como os Estados. Nesse sentido, em 1621, cria-se o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luiz. Em 1751, dado a importância econômica e política de Belém, cria-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém. Em 1774, o Estado passa à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil. Apesar disso, manteve os

vínculos administrativos diretos com Portugal até 1822.

A segunda vila fundada no Pará no século XVII foi a Vila de Cametá, em 1633, como descreve Theodoro Braga:

> Doadas aquellas terras tocantinas em dezembro de 1634 por Francisco Coelho de Carvalho, 1º Governador e Capitão General do Maranhão, ao seu filho Feliciano Coelho, fundou este a povoação, dando-lhe o nome de Villa Viçosa de Santa Cruz de Cametá (BRAGA,1915, p.52)

Em 1634, Cametá passa à condição de Capitania, sendo anulada a concessão feita a Feliciano Coelho de Carvalho. Em seguida, em 1636, é criada a Capitania do Cabo Norte, onde mais tarde se fundou a vila de Macapá, (1752). Em Gurupá, local no qual holandeses e ingleses haviam se estabelecido antes da fundação de Belém, foi fundada uma fortificação em 1623, que de origem a um povoado, elevado à categoria de vila em 1639.

Bragança foi a quarta vila criada no território paraense, sendo mais antiga que Cametá e Gurupá, pois suas origens remontam ao ano de 1622, quando foi concedida sesmaria a Gaspar de Souza, que aí fundou o povoado de Vera Cruz do Gurupy. Posteriormente foi transferido e fundado o sítio do núcleo como vila no lugar atual (1663). A quinta vila do território paraense foi Salinas, cujas origens remontam a 1656 quando foi fundada uma povoação em uma atalaia com o objetivo de avisar os navegantes dos perigos à navegação no local de acesso à Baia de Guajará-Mirim (Foz do Amazonas).

No contexto das ações para garantir a posse e extender o território conquistado pelos portugueses, no período de 1636-37, ocorre a expedição de Pedro Teixeira subindo o rio Amazonas até Quito no Peru.

No final do século XVII, já haviam sido criadas duas capitanias da Coroa: Pará e Gurupá, além de cinco capitanias particulares: Cametá, Cayté, Joannes e Cabo Norte, no Pará e Cumá no Maranhão. É o momento de expulsão dos holandeses, ocorrendo uma violenta campanha de intimidação contra os indígenas, a fim de desestimular qualquer tentativa de aliança com os estrangeiros.

2. As missões, a Política Pombalina e o controle territorial - Sec. XVIII

Durante o século XVII ocorre, o que Lia Machado (1989, p. 28) denomina de "primeiro sistema de controle territorial", baseado na construção de fortins nos locais de

concentração de população indígena, com o objetivo de capturá-los e impedir sua aliança com as nações européias, e na introdução de companhias religiosas com o objetivo de pacificar os indígenas. A área das missões ou "território das missões" foi dividida entre várias ordens religiosas: carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas, tendo sido a distribuição territorial das missões entre essas ordens regulamentada pela Coroa a fim de evitar conflitos de jurisdição. Assim sendo, os jesuítas ficaram com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os franciscanos da Piedade, ficaram com a margem esquerda do baixo Amazonas e centro de Gurupá até o rio Urubu; os franciscanos de Santo Antônio, com as missões do Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas; os Mercedários com o vale do Urubú e os Carmelitas com o vale dos rios Negro, Branco e Solimões (Ibidem) (ver figura 1).

Figura 1: Missões e Fortes na Amazônia Colonial

> A Carta Régia de 21 de outubro de 1652 dava ao Padre Antônio Vieira ampla autorização para levantar igrejas, estabelecer missões, descer índios ou deixa-los em suas aldeias, tudo segundo julgasse mais conveniente, podendo requisitar dos governadores e demais autoridades quaisquer auxílio (SIMONSEN,1957, p. 121)

Dentre todas as ordens que atuaram no Vale Amazonas, a dos Jesuítas foi a mais poderosa, pois a ela foi entregue a grande parte do poder de gestão da mão-de-obra (escrava) indígena.

Durante o século XVIII foram fundadas 62 freguesias (BARBOSA,1976, p. 219-240),

grande parte delas estabelecidas a partir das missões e aldeias administradas pelos missionários. Com a política pombalina essas missões passam à condição de vilas com a denominação de cidades portuguesas. As vilas criadas foram as seguintes: Abaetetuba (1750); Aveiros (1751); Macapá e Ourém (1752); Colares, Maracanã, Muaná, Salvaterra, Soure e Souzel (1757); Acará, Alenquer, Almerim, Chaves, Curuçá, Faro, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Portel, Porto de Moz e Santarém (1758); e Mazagão (1770), além de outras que foram consideradas povoados, devido à pequena população: Benfica, Monforte, Monsarás e Vila do Conde (1757); e Arrayolos, Alter do Chão, Boim, Esposende, Fragoso, Pinhel, Pombal, Veyros e Vila Franca (1758). A transformação das aldeias e missões em vilas por ordem de Mendonça Furtado, consistiu-se na mudança de nome, substituindo-se os nomes indígenas pelo de cidades portuguesas (Figura 2).

Foi o Alvará de 07 de junho de 1775, que determinou a conversão das aldeias em vilas e lugares, e segundo Simonsen (ibid, p. 284):

> Havia por este tempo no Estado do Maranhão e Grão-Pará sessenta aldeias de índios, das quais cinco administradas por padres das Mercês, onze por Carmelitas, quinze por Capuchinhos e vinte e oito por Jesuítas. Pela simples operação de dar-lhes novos nomes, e mandar na praça do mercado de cada uma erigir um pelourinho, converteu Mendonça Furtado estas últimas em nove lugares, dezoito vilas e uma cidade. O pelourinho (...) era nas vilas da península ibérica um pilar de pedra, de estilo por via de regra burlesco, (...), não pode Mendonça Furtado conter-se que não exclamasse:" ora vejam com que facilidade se faz uma aldeia, uma vila".
> Tal era a configuração territorial do Brasil em 1757 quando no Governo Pombalino, os jesuítas foram expulsos, os seus bens confiscados pela Coroa e a tutela das aldeias arrancadas às Missões, passando aquelas à categoria de vila com as denominações primitivas alteradas para topônimos portugueses (BARBOSA, op cit)

Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, foi o encarregado pelo governo colonial por reformas como: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará; o estímulo a agricultura de exportação (1755); a declaração da liberdade dos indígenas; o estímulo a miscegenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra.

> Nas terras próximas à capital era praticado o cultivo de cana-de-açucar e numerosos eram os engenhos e as engenhocas destinados à fabricação de aguardente. Entre as novas lavouras estimuladas por Pombal encontravam-se o cacau, o anil, o café, o algodão, o arroz branco, o cravo. Foram inclusive chamados na Europa especialistas em alguns produtos como o anil. Apesar de alguns aperfeiçoamentos técnicos e de algumas inovações, as tentativas não alcançavam resultados duráveis: só a cacauicultura apresentou êxito, principalmente na região de Cametá e Santarém, chegando a se constituir no principal produto de exportação (ACEVEDO, 1987, p.62-80)

A partir desse momento, configura-se um novo sistema de controle territorial que, "se apoiava em pelo menos quatro elementos: as fortificações; o povoamento nuclear; a criação de unidades administrativas; e o conhecimento geográfico do território" (MACHADO, op cit, p. 104).

A criação das vilas esteva ligada à política pombalina, de expulsão dos religiosos com confisco de seus bens pela Coroa, tendo sido a tutela dos indígenas retirada das ordens religiosas. É o momento da criação de novas unidades administrativas (em 1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro, tendo Barcelos como capital) e a incorporação das capitanias privadas à Coroa.

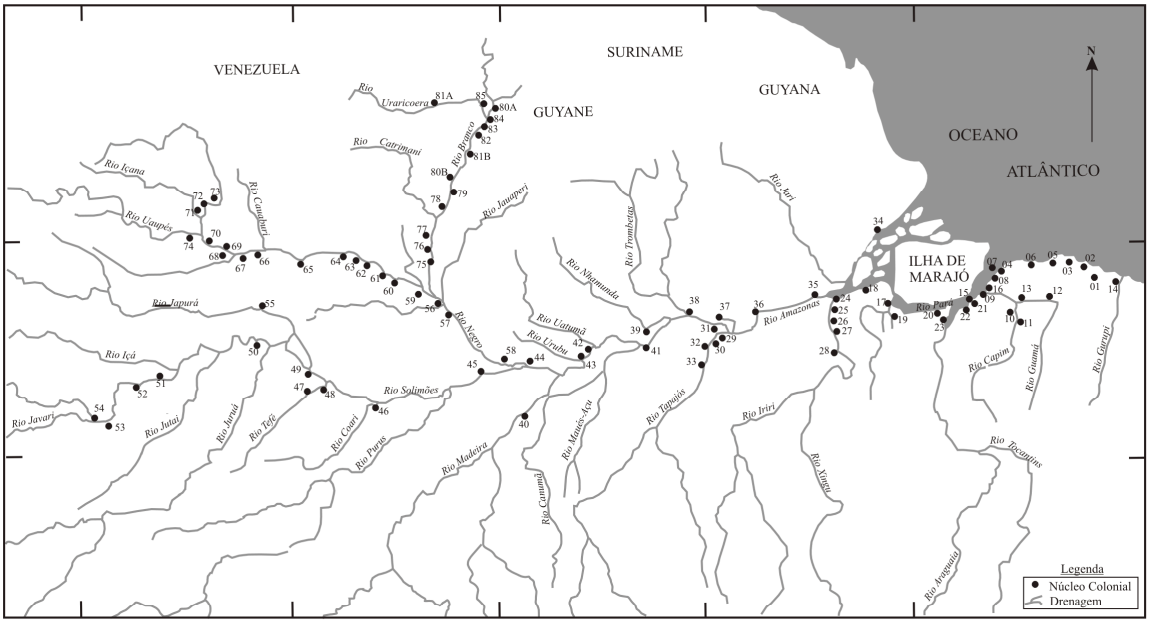
Nas vilas passa a funcionar uma Câmara Municipal, cujos vereadores seriam eleitos entre os indígenas, e que teriam por objetivo estimular o desenvolvimento local. Também visava-se controlar e dar continuidade à exploração do trabalho indígena, além de prever o dízimo a ser pago por cada comunidade sobre o produto da lavoura no valor de 6%, com o objetivo de controlar a renda da produção agrícola:

> ...Elevou os antigos aldeamentos de missionários à condição de vila (...), passando a funcionar uma Câmara Municipal, cujos vereadores foram tirados da massa indígena.... (REIS, 1971, p. 59-60)

A transformação das antigas missões em vilas foi somente formal, porque de fato o que ocorreu foi a desestruturação da organização produtiva dos religiosos. Em conseqüência, se verificou o esvaziamento populacional dos núcleos do vale do rio Amazonas e a permanência de uma população residual que subsistia por uma associação de economia de subsistência com a "economia natural" local.

As iniciativas pombalinas só tiveram êxito no que se refere ao estímulo à agricultura de exportação, principalmente a do cacau. No entanto, se comparado ao Nordeste e Sudeste, o êxito foi modesto. Contudo, permitiu uma expansão das atividades agrícolas no Baixo Tocantins, onde Cametá se tornou o principal centro de cultivo de cacau.

FIGURA 02: Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)



Capitania do Pará

"Região da Costa"

01. Vila de Bragança
02. Vila de Cintra
03. Vila Nova D'El Rei
04. Vila da Vigia
05. Lugar Penha Longa
06. Lugar do Porto Salvo
07. Vila de Colares

"Região do interior do Continente"

08. Lugar Benfica
09. Lugar de Barcarena
10. Freguesia de São Bento
11. Freguesia de Sant'Ana do R.Campim
12. Vila de Ourém
13. Porto de Grande Guamá
14. Lugar de Cerzedelo
15. Vila do Conde

"Região Guajarina"

16. Cidade de Belém

"Região das Ilhas e dos Furos"

17. Vila de Melgaço
18. Fortaleza de Gurupá
19. Vila de Portel
20. Vila de Oeiras

"Rio Moju"

21. Espirito Santo de Moju

"Rio Tocantins"

22.Vila de Beja
23. Vila de Cametá

"Rio Xingu"

24.Lugar de Vilarinho do Monte
25. Vila do Porto de Moz
26. Vila de Vieiros
27. Vila de Pombal
28. Vila de Sousel

"Rio Tapajós"

29. Vila de Santarém
30. Vila de Alter do Chão
31. Vila Franca
32. Vila Boim
33. Vila de Pinhel

"Rio Amazonas"

34. Vila de Macapá
35. Vila de Almerim
36. Vila de Monte Alegre
37. Vila de Alenquer
38. Vila de Óbidos
39. Vila de Faro

Capitania do Rio Negro

"Rio Madeira"

40. Vila de Borba

"Rio Amazonas"

41. Freguesia de N. Sª. do Carmo
42. Vila de Silves
43. Vila de Serpa
44.Pesq. Real do Puraquequara

"Rio Solimões"

45. Pesq. Real Manacapuru
46. Lugar de Avelos
47. Lugar de Nogueira
48. Vila de ega
49. Lugar de Alvarães
50. Lugar de Fonte Boa
51. Lugar Castro de Avelãs
52. Vila de Olivença
53. Vila de São José do Javari
54. Fortaleza e presídio de São Francisco Xavier da Tabatinga

"Rio Japurá"

55. Santo Antônio de Marapi

"Rio Negro"

56. Fortaleza de Barra do Rio Negro
57. Lugar de Arião
58. Vila de Moura
59. Lugar de Cavoeiro
60. Lugar de Poiares
61. Vila de Barcelos
62. Lugar de Moreira
63. Vila de Tomar
64. Lugar de Lamalonga
65. Santa Izabel do Rio Negro
66. Nossa Senhora do Loreto
67. Santo Antônio do Castanheiro
68. São João de Nepomuceno do Camundé
69. Nossa Senhora de Nazaré
70. Fortaleza de São Gabriel
71. Nossa Senhora da Guia
72. São João Batista do Mabé
73. Fortaleza de São José de Marabitanas

"Rio Uaupés"

74. São Joaquim do Caoné

"Rio Branco"

75. Pesqueiro Real da Demarcação
76. São Martinho
77. Nossa Senhora do Carmo
78. Pesqueiro da Capitania
79. Santa Maria
80A. São Felipe
80B. São Felipe
81A. Nossa Senhora da Conceição
81B. Nossa Senhora da Conceição
82. Santa Izabel
83. Santa Bárbara
84. Fortaleza de São Joaquim
85. Santo Antônio de Almas

FONTE: Noronha J. M. (1989); Sampaio, F.X.R. de (1985); Lobo D'Almada, M.G. (1852).

3. As Fortalezas e o novo conteúdo dado ao território amazônico: o exemplo do Tocantins paraense.

O povoamento do Tocantins inicia-se a partir do século XVII, com a fundação de Cametá (1633) e Baião (1694), ocorrendo algumas penetrações para o sul, em virtude da exploração de ouro. Somente a partir do século XVIII, com o bandeirismo, o apresamento indígena e a catequese jesuítica, é que se amplia a ocupação efetiva do Vale. O modelo de ocupação territorial do Brasil até o século XVIII, restrito ao povoamento da área litorânea, rompe-se com a descoberta de ouro no interior da colônia do Brasil (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), sendo o Movimento Bandeirante importante na penetração, no conhecimento e no povoamento do território brasileiro. Com a descoberta de ouro no Alto Tocantins (1730) foi estabelecida a Carta Régia que proibia a navegação dos rios, com o fim de impedir os extravios de ouro, mas no Governo do Visconde da Lapa, Governador da Capitania de Goiás, houve grande empenho para a revogação da Carta, que se deu em 1752, quando a navegação foi franqueada.

> ... no Governo da Capitania de Goyaz, o Sr. Visconde da Lapa empenhou-se quanto pode para a revogação da Carta Régia de 10 de janeiro de 1730; mas só foi na administração de D. Luiz da Cunha Menezes que a navegação dos rios foi franqueada e o seu progresso confiado aos esforços conjulgados dos Capitães Generais do Pará, Goyaz e Maranhão (BRAZIL, 1920)

> O território regado pelos rios Tocantins e Araguaya foi devassado, explorado e colonizado por duas correntes de expansão, uma de sudeste e de sul. A primeira, iniciada com os paulistas do tempo do Anhanguera, pelos sertões a dentro em procura do ouro das minas, e a segunda, dos colonos portugueses do Grão Pará, rio Tocantins e Araguaya acima, a cata de resgates de índios (MUNIZ, 1920).

O controle da mão-de-obra indígena, o valor econômico das especiarias, como cacau, salsaparrilha, café e açúcar, e a descoberta de ouro constituem os principais elementos que regem a organização espacial na Amazônia no século XVIII. O cacau, por exemplo, foi o principal produto de exportação do Grão-Pará, principalmente na Vila de Cametá no Baixo Vale do Tocantins, decorrendo desse fato a necessidade de mão-de-obra para trabalhar na produção.

> A descoberta das especiarias no valle do Amazonas e a possibilidade de sua exploração pelas missões vieram dar nova feição à economia do Estado, mudando os centros principaes de producção para o interior do valle e despertando o anseio de maior avanço para o Oeste, por parte dos portugueses (SIMONSEN, 1957, p. 136).

Enquanto a exploração das especiarias foi responsável pelo estabelecimento das reduções indígenas, o que permitiu a ocupação do Vale do Amazonas, a produção cacaueira (mais valorizada que as drogas no mercado externo), utilizou escravos negros, procedentes da África. O preço da mão-de-obra escrava negra era superior a mão-de-obra indígena. Considerando que Cametá era uma das principais áreas de produção de cacau, e por conseguinte, de concentração de escravos, o governo colonial resolveu estimular o povoamento do Vale do Araguaia-Tocantins; em parte, para dificultar a fuga de escravos do Pará para as áreas auríferas de Goiás; e em parte para impedir o contrabando do ouro cuja produção estava decrescendo desde meados do século XVIII.

Segundo Lia Machado (1997, p. 21) este novo momento de ocupação e mudança de estratégia do território amazônico reflete um ambicioso projeto do governo pombalino de reforma interna e externa para o Brasil, uma vez que em relação às colônias, pretendia-se reforçar os laços comerciais com Lisboa, através do incentivo a atividade agrícola e a transformação da mão de obra, com a introdução da mão de obra africana em substituição a mão de obra indígena. Nesse sentido, muda o conteúdo do território, por que seu conteúdo passa a ser mais importante que a extensão. Portanto, a nova política compreendia:

1) a construção de um número reduzido de grandes fortes localizados em posições estratégicas ao longo das fronteiras provisórias da colônia;
2) a promoção de cada um do pequeno grupo de cabanas que formavam uma missão ao estatuto oficial de vila ou pequena cidade governada por um magistrado designado pelo governo colonial;
3) a fundação de algumas pequenas cidades para abrigar os novos colonos;
4) a libertação dos índios convertidos em **cidadãos portugueses.** (SANTOS, 1985 apud MACHADO, 1997, p. 21).

No último quartel do século XVIII, portanto, foi observado um maior entusiasmo do Governo Colonial local pelo povoamento do Araguaia-Tocantins. O historiador, Athur Vianna afirma que o Governador e Capitão Geral do Grão-Pará, José de Menezes:

> viu naquela grande artéria fluvial [o rio Tocantins], uma importante via de comunicação, um solo uberrimo (sic) e rico, o empório futuro de um considerável comércio. Para alli guiou os seus esforços, ordenando em 1779, a fundação de um logar na margem esquerda, que batisou com o nome de São Bernado da Pederneira, cerca de três dias de viagem do sítio Bayam(sic). No ano seguinte, mandou então fundar Alcobaça pelo major engenheiro João Vasco Manoel de Braun, que a sitiou na mesma margem, três dias de viagem acima de São Bernado. (...) Este forte destinava-se a três fins: evitar o extravio do ouro, impedir a fuga dos escravos de Cametá e afungentar os índios Timbiras, Carajás, Apinagés e Gaviões e outros, que eram o terror dos viajantes (VIANA, 1905, p. 295).

Os mesmos motivos levaram os sucessivos governadores locais a empreender a exploração do vale. Em 1792, criou-se uma expedição para a fundação de um registro (ponto de controle aduaneiro), com os mesmos fins de São Bernardo, junto à Cachoeira da Itaboca. A carta do governador ao chefe da expedição (12 de junho de 1797) explica claramente os motivos para a fundação do novo registro:

> a comunicação da Capitania de Goyazes com o estado do Pará, não só para evitar os extravios de ouro, as fugas dos gentios que povoam as margens daquele rio, como para o descanso e refresco das pessoas que utilmente se empregam e empregarem em tão longas como trabalhosas viagens. Concorrendo além destas causas a de ser preciso em quanto é tempo por em defesa aquela navegação e fortificar um posto que a domine e que a faça impenetrável a qualquer invasão inimiga [e ainda] que para todos esses úteis fins tenho determinado que na margem do dito rio Tocantins, na situação em que ele é ocupado pelos rochedos que conhecemos pelo nome de Itaboca, e na que for mais sadia, vá V. M., a estabelecer o dito registro, regulando-se na escolha do sítio pelas considerações seguintes:
>
> 1. Que seja o passo mais estreito do dito rio, o mais fácil de defender e guardar, o mais difícil de atacar, dominante e inacessível.
>
> 2. Que seja da parte oriental, isto é, na mesma terra firme que ocorre desta cidade.
>
> 3. Que tenha imediatas e contíguas boas terras para as lavouras dos gentios do país, sobretudo para as de mandioca e boas campinas para criações de gado, em que logo se deve cuidar.
>
> 4. Que seja abundante de caça e pesca.
>
> 5. Que fique na conveniente distância para socorrer assim os viajantes que descerem, como os que subirem porque se espera que uns e outros hão de navegar com as suas embarcações carregadas, e por tanto precisam ter prontos socorros.
>
> 6. Que a todas estas e outras mais vantagens que se possam colher devem sempre preferir as que em primeiro lugar descrevi e recomendo, pois ainda quando ou não seja mais sadia, ou não tenha boas terras para lavoura e criações, a que for mais própria para se guardar e defender deve-se ocupar para este fim, e os outros a procurarão nas que forem mais imediatas (RELATÓRIO...., 1948, 442-444).

Pelo referido relatório, percebe-se a nítida preocupação com o controle do território do Vale do Tocantins e Araguaia, representado como eixo do extravio de ouro e da mão-de-obra indígena, sem fazer, contudo, menção à fuga de escravos negros. Outro aspecto interessante da carta de fundação do registro é a referência à base alimentar da população local: gado, mandioca, caça e pesca.

3.1. O Registro Militar de São João do Araguaia no Tocantins-Araguaia paraense

O Registro de São João do Araguaia, criado como colônia militar, fez parte da política da Coroa Portuguesa, no início do século XIX, de estabelecer pontos de controle e povoamento no interior do Brasil, como mostra o mapa tirado por ordem de Fernando Delgado Freire de Castilho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás, e onde estão localizados tanto o registro de São João do Araguaia como a pretensa vila, fundada em 1802, de São João das Duas Barras .

Segundo José Viera Couto Magalhães (1875, p.49), os presídios e registros militares foram fundados com quatro fins:

1. impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras;
2. impedir incursões de selvagens contra nossas populações;
3. criar núcleos de população ao longo do Sertão;
4. impedir o extravio dos direitos que a metrópole tinha sobre ouros e diamantes.

A partir de tais objetivos, a destinação dos presídios e colônias militares pode ser classificada em:

1. colônias nas fronteiras, com o fim de povoá-las e evitar a invasão de povos estrangeiros;
2. colônias nos sertões para proteger vias de comunicação (caso de São João do Araguaia);
3. colônias penitenciárias.

As colônias militares não seriam apenas um meio de atrair população para lugares estratégicos por motivos militares, seriam também para:

- dar valor às terras do interior;

- desenvolver no interior a única indústria que ele comporta, não só pela natureza do solo, como também pela distância entre ele e os mercados consumidores, essa indústria é a pastoril;
-ir amansando os indígenas, e fazendo cessar, assim, o maior obstáculo que havia para a interiorização da população.

Havia também a preocupação com a falta de mão-de-obra para trabalhar na agricultura, observável nos relatórios dos Presidentes das Províncias, como do Presidente Joaquim Antônio de Miranda (1840):

> Sem população não se formam, não se enriquecem, nem se sustentam o Estados, e se uma Província há no Brasil, que mais necessite de braços, e braços laboriosos, é seguramente, o Pará. Esta verdade é para mim dogmática.

São João do Araguaia, durante todo o século XIX, não prosperou por vários motivos, dentre os quais estava o difícil acesso e o não incremento agrícola do Registro. No Relatório dos Estudos da Comissão Exploradora dos Rios Tocantins e Araguaya são apontados outros motivos para o fracasso da colônia de São João e outras similares, como: São José dos Martyrios, Chambioás, Santa Maria, São José, Leopoldina e Yatacayu. Além da falta de incremento agrícola, são apontadas outras duas causas:

> ...seu estabelecimento no interior do país, sem comunicação com centros consumidores onde possão os colonos trocar os productos de suas lavouras por generos de que tenhão necessidade; e a nenhuma aptidão do soldado para trabalhos de cimanho (sic), juntando-se a falta de estabilidade dos que para ellas são mandados, sendo constantemente substituídos por conveniencia do serviço militar (LAGO, 1876, p. 28).

Na Província do Pará existiam quatro colônias: Óbidos (1758), Pedro II (1840), Santa Tereza do Tocantins (1849) e São João do Araguaia (1855); sendo que em ambas o motivo do fracasso foi relacionado à falta de aptidão do soldado como colono e à dificuldade de acesso as mesmas, muito embora São João estivesse localizada na confluência dos rios Araguaia e Tocantins.

Em 1862, a população da colônia contava com 150 pessoas, e sua produção se limitava ao cultivo de cereais e plantas tuberosas que abasteciam o consumo interno do Registro:

> Os resultados excelentes, que todos esperavam, falhavam por completo; a colônia não se desenvolveu e arrastou uma existência mesquinha, sustentando-se apenas dos recursos officiais que recebia (VIANNA, 1905).

O historiador paraense Ernesto CRUZ (1958), por sua vez, estima que a expressão militar das colônias se limitou à contenção dos índios da região e que, do ponto de vista econômico, garantiu somente o auto-consumo da pequena população local.

2. Considerações Finais:

Durante o período colonial na Amazônia brasileira o estado português implementou três grandes estratégias de conquista e controle do território amazônico: a implantação de fortalezas, a implantação de missões religiosas e a política pombalina. Estas três estratégias foram de fundamental importância para a conquista e controle de tão vasto território.

A implantação de Fortalezas possue um conteúdo militar, uma vez que foram implantadas fortalezas ao longo da calha do principal rio da região, o rio Amazonas, iniciando-se em 1616, com a implantação do Forte do Castelo que daria origem a cidade de Belém, porta de entrada e acesso da região e principal nó político e econômico das políticas implementadas neste período.

No entanto, para o controle do território era necessário controlar a mão de obra existente na região, indígena, tida como selvagem, portanto a estratégia de introduzir os religiosos na região como forma de pacificar esta população e ao mesmo utilizá-la na coleta das drogas de sertão, foi o caminho escolhido. Para tal, o território conhecido foi dividido entre várias ordens religiosas que estabeleceram missões religiosas, localizadas ao longo dos principais rios e seus afluentes ao longo da região. É importante ressaltar que neste primeiro momento a região em sua maior porção pertencia aos espanhóis, portanto, estas estratégias possibilitaram que Portugal avançasse na ocupação do território e redefinisse os tratados estabelecidos que definiam a área territorial pertencente a Portugal e a Espanha. Nesse sentido

caduca o tratado de Tordesilhas(ver figura 3) que é definitivamente substituído pelo Tratado de Madri de 1750.

Figura 3: Tratado de Tordesilhas

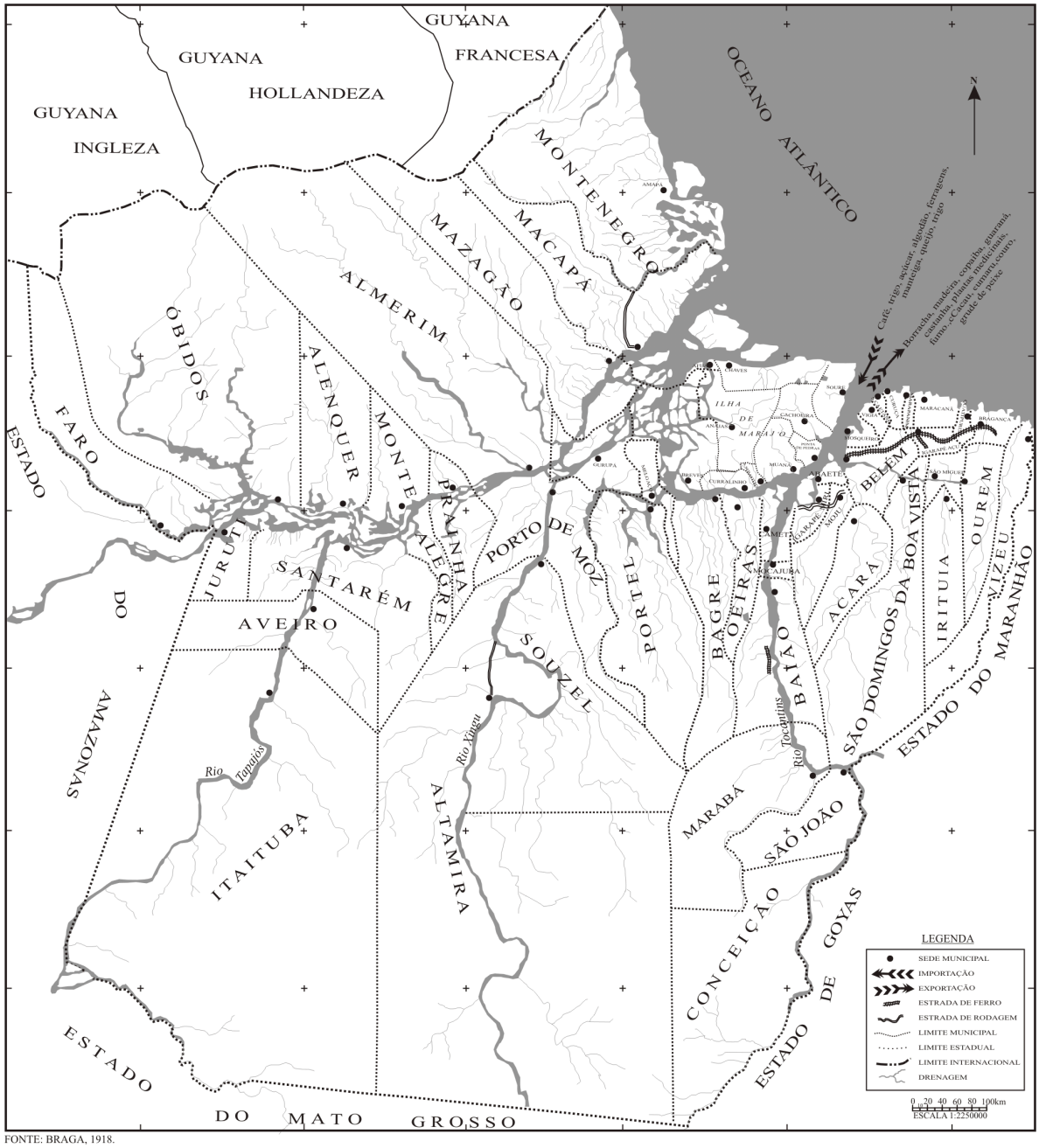
A definição do Tratado de Madri está relacionada a uma nova estratégia de ocupação do território, onde a partir deste momento é vital dar conteúdo e significado a este território, para além da política de apenas ocupar e estender o território. É a política implementada pelo Marques de Pombal que entre outras ações estabeleceu: a introdução da mão de obra africana

em substituição a mão de obra negra; a introdução da agricultura, buscando fixar a população; a implantação de pequenas fortalezas em pontos estratégicos na área fronteiriça da região e no interior, buscando o controle do tráfico de escravos e de ouro.

Portanto, com a descoberta de ouro no interior do Brasil, era necessário controlar a circulação das vias fluviais. É nesse momento que surge São João do Araguaia, na confluência do Tocantins com o Araguaia, ponto estratégico para controlar o extravio de ouro do interior do Brasil, dominar os indígenas e impedir as fugas da mão-de-obra escrava (que havia sido introduzida por Pombal, após a expulsão dos indígenas e liberação de mão-de-obra indígena) pelo Rio Tocantins.

O processo de colonização e as estratégias utilizadas pelo governo português para a ocupação e controle do território amazônico durante o período colonial vai resultar na formação de uma malha municipal que começa a se configurar a partir do final do século XIX e início do século XX, municípios estes resultantes das estratégias de controle utilizada ao longo das vias fluviais dos rios amazônicos, como pode-se observar no mapa (Figura 4) abaixo que mostra o exemplo do Estado do Pará e sua configuração municipal no início do século XX.

FIGURA 4: A MALHA MUNICIPAL DO ESTADO DO PARÁ EM 1918



FONTE: BRAGA, 1918.

5. **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACEVEDO, Rosa Elisabeth Acevedo Marin. Histórico do Povoamento da Amazônia Brasileira. In: Hébette, Jean et all (coord),. Natureza, Tecnologia e Sociedade. A Experiência Brasileira de Povoamento do Trópico Úmido. Belém: NAEA, 1987. (Série Documentos do GIPCT),p. 14-20.

BARBOSA, José Maria de Azevedo. O mapa geral do bispado e a divisão política da província do Grão-Para em 1759. Belém, Tribunal de Contas do Estado do Pará, 1976. Separata da Revista do Tribunal de Contas do estado do Pará, Belém, v. 6, n. 8, p. 219-240, jan/jun. 1976.

BRAGA, Theodoro. "História da fundação das principais cidades do Pará destacando os nomes de seus fundadores o lugar dos primitivos estabelecimentos e seu nome indígena". In: APOSTILAS de histórias do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915. 83 p.

_____.Noções de Chorographia do Estado do Pará.Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919.

_____.História do Pará. Resumo didático.São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil. 1908-1912, Vol. I. Território e População.

BRAZIL, A. Americano do. Questões de limites Goyaz....Pará. Goyas: Imp. Off. do Correio Official. 1920. 97 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Hucitec, 2001.

CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958.

_____**.** História do Pará. Belém:Universidade Federal do Pará, 1963. 2 vol.

IDESP. Perfil municipal.Belém, 2000.

LAGO, Antônio Florêncio Pereira**.** Relatório dos Estudos da Comissão Exploradora dos rios Tocantins e Araguaya. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876.

MACHADO, Lia Osório. Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912). Barcelona, 1989. 512 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Barcelona.

_____. O Controle Intermitente do Território Amazônico. Território 2. Laget, UFRJ. Rio de Janeiro: Relumé- Dumará, vol. 1, n.2, jan/jun. 1997, p. 19-32.

MAGALHÃES, J. Vieira Couto de Memórias sobre as colônias militares e indígenas pelo, Dr. J. V. de Magalhães. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1875. 49 p.

MAGALHÃES, J. Vieira Couto de. Viagens ao Araguaia. 5. ed. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1946. 251 p. (Brasiliana, 28).

MUNIZ, João de Palma. "Limites municipaes do Estado do Pará" .Annaes da Bibliotéca e Arquivo Público do Pará, Belém: Typ. e Encardenação do Inst. Lauro Sodré, n. 8, p. 247-319, 1913.

_____.Limites Pará-Goyaz. Notas e Documentos, 1920.

_____. "Dados para a História dos Limites paraenses". Rev. do Inst. Históricos e Geographico do Pará. Belém, v. 8, n. 5, p. 5-38, 1926.

RELATÓRIO da viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho; acompanhada de importantes documentos officiaes relativos à mesma navegação, Revista do IHGB, 1948, p. 442-444.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. Síntese da História do Pará. Belém: Amazônia edições culturais Ltda. - AMADA, 1942. 157p.

_____. A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1959. 38p.

_____. As Fortificações da Amazônia no período Colonial. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 344, jul-set, 1989, p. 217-227.

ROCQUE, Carlos. Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém: AMEL, 1968.

_____. História dos Municípios do Estado do Pará. Belém, 1978. 3 v.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1957. 475p.

TAVARES, Maria Goretti da Costa Tavares**.** O Município no Pará: A Dinâmica territorial Municipal de São João do Araguaia – PA. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1992 (Dissertação de Mestrado) (texto n. 09: anexos, 9p.)

_____. Genealogia e Dinâmica da Malha Municipal no Pará. V Encontro Anual da ANPUR. Belo Horizonte: Porto Alegre: ANPUR: Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 1995. (texto n. 8: p. 887-908)

VIANNA, Arthur. As fortificaç·es da Amazônia. Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Belém: Typ. e Encardenação do Instituto Lauro Sodré, v. 4, p. 295-302, 1905.